

BREVE HISTÓRIA DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM PERNAMBUCO

Nhelma Magda Barbalho de Santana Barbosa
Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco
Email:nhelmagda@yahoo.com.br

RESUMO

Formação de professores é uma temática que se encontra na pauta das discussões da educação com grande ênfase, tendo em vista a quantidade de pesquisas que se refere à mesma. É uma ação que afeta diretamente a vida escolar do estudante na medida em que forma o professor em serviço a partir da sua realidade, ao mesmo tempo em que possibilita ao professor aperfeiçoar sua prática. Nessa perspectiva, é que surgiu o interesse em pesquisar sobre a formação de professores, observando-se as primeiras iniciativas e a instalação dos primeiros espaços de formação. Nesse sentido, a pesquisa tem como objetivo geral refletir sobre a história da formação de professores, fazendo um recorte do Estado de Pernambuco e como objetivos específicos; identificar as primeiras iniciativas de formar professores e apontar como se deu a criação do Liceu e da Escola Normal em Pernambuco. Para realização dessa pesquisa se fez a opção pela pesquisa bibliográfica de modo a colaborar para construção de conhecimentos constituídos a partir dos já existentes, tendo em vista que foram utilizados materiais já publicados. No que se refere a conclusão, observou-se que foram uma constante, a extinção dos primeiros cursos de formação docente, portanto, a falta de qualificação dos professores. Foi observado também, a forte ligação entre o clero e as primeiras iniciativas educacionais que eram desenvolvidas na época e a precariedade dos recursos econômicos destinados aos materiais didáticos, que depois dos primeiros cortes, passaram a ser subsidiados por esmolas da comunidade. Assim, espera-se que o escrito proporcione reflexões sobre as primeiras iniciativas de formação de professores.

Palavras-chave: História da educação; Formação de professor. Formação do professor em Pernambuco

INTRODUÇÃO

Por volta do século XVI era muito comum que as famílias mais abastadas conquistassem a simpatia da sociedade ao enviar aos seminários pelo menos um dos seus jovens filhos, para que a ele fosse dado uma formação elementar, de latim e aritmética, e posteriormente a formação de padre dentro das congregações religiosas.

As classes menos abastadas deveriam se contentar com as sobras de uma escolarização precária e deficitária, já que as mesmas podiam ser serviçais nas igrejas e nos seminários, em Pernambuco e em outros lugares do Brasil. Dessa forma, foi instalado os primeiros modelos de ensino em Pernambuco. Faz-se aqui uma abordagem sobre os primeiros modelos dessa formação, onde pesquisou-se sobre o local que se iniciou todo o processo educacional antes de se estender por outras cidades do estado.

Foi a Igreja Católica que mais concedeu espaços doutrinadores para tais ensinamentos. Em Pernambuco esse modelo foi representado pelo Colégio Nossa Senhora da Graça, a primeira

instituição oficial do gênero, construído em uma das sete colinas da cidade de Olinda, por volta do século XVI.

Por conta da forte ligação entre o clero e as primeiras iniciativas educacionais ali desenvolvidas, a primeira escola sofria com a precariedade de recursos econômicos e de materiais didáticos, que depois dos primeiros cortes, passaram a ser subsidiadas por doações da comunidade. Ali só havia formação de homens, pois não era permitido o ingresso de mulheres ao ensino. Assim, os padres eram os responsáveis pela formação dos alunos homens, que posteriormente também seriam os doutrinadores. Neste sentido, destaca-se o ensino no Liceu e no Ginásio Pernambucano como elemento de suma importância na construção da história da educação de Pernambuco.

O estudo é de caráter bibliográfico e teve como objetivo geral refletir sobre a história da formação de professores, fazendo um recorte do Estado de Pernambuco. Como objetivos específicos, identificar as primeiras iniciativas de formar professores e apontar como se deu a criação do Liceu e da Escola Normal em Pernambuco a partir dos primeiros cursos destinados à formação de professores.

AS PRIMEIRAS INICIATIVAS DE FORMAR PROFESSORES EM PERNAMBUCO

As primeiras formas de educação ofertadas na capital de Pernambuco seguiram de igual maneira como em todo o restante do Brasil, isto é, pelo viés da religiosidade e da catequese, orquestrada sobremaneira pela Companhia de Jesus a partir do final do século XVI. Ao que se sabe, naquela época, além dos ensinamentos da Companhia dos Padres Jesuítas, havia também o legado deixado pela ordem dos padres franciscanos.

Até ali, o Brasil ainda fortemente comandado pelo regime colonial, sofria pela falta de educação e de ensino. Ali praticava-se uma educação simplória e descontextualizada com as outras províncias, em diversos fatores e no que diz respeito à adequação das condições de vida da população.

A total ausência de iniciativas voltadas para o ensino e para a divulgação da cultura naquele recanto do Brasil, também foi marcada durante muito tempo pela inexistência de professores devidamente qualificados e com as devidas habilidades para encarar a formação de jovens, o que servira para elevar ainda mais o ensino até então doutrinado pelos padres jesuítas.

Compreende-se que as instituições estritamente religiosas foram as primeiras iniciativas educacionais existentes em Pernambuco, não se podendo, no entanto, deixar de mencionar outras instituições que a essas antecederam e que tenham sido de maior relevância. No entanto, a única

instituição formadora que se tem registro, foi o Colégio Nossa Senhora da Graça, localizado na cidade de Olinda,

No cimo do mais alto do outeiro de Olinda, havia Duarte Coelho edificado uma ermida dedicada à Nossa Senhora da Graça, a qual se destinara aos padres agostinianos, cuja vinda para Pernambuco fora infrutiferamente pleiteada pelo donatário. Foi então, essa igrejinha doada por Duarte Coelho aos Jesuítas. Essa primitiva igreja viria a ser ampliada e aperfeiçoada em 1562. (BELLO, 1978, p.16).

Essa escola nasceu como uma espécie de cômodo anexo da igreja, onde com o passar do tempo foram sendo erguidas outras dependências que mais adiante se transformaram em espaços denominados de colégio, além de moradias para os padres. Todavia, essas construções foram abrigo aos poucos os meninos órfãos, cuja finalidade primeira era ensinar a doutrina cristã e como consequência disso, foram surgindo outros tipos de ensinamentos e de doutrinamentos.

Dos anos de 1554 até 1568, com alguns intervalos de tempo, tais instituições religiosas tiveram seu percurso interrompido e somente voltaram a funcionar a partir de 1568 sob o comando de um único padre para o ensino das primeiras letras. No entanto, somente a partir de 1570 quando se inicia algumas reformas de ensino, incluem-se o latim para o curso das primeiras letras juntamente com outro curso denominado de Teologia Moral ou Dados de Consciência (BELLO, 1978).

Em relação às outras formas de educar, ressalta-se a Escola da Graça, a qual era atrelada ao seminário, isto é, as suas salas de aula estavam dentro dos padrões religiosos da época, e como tal, mantinha rigorosos castigos físicos para manutenção da ordem e da disciplina que eram aplicados por um “corretor”. Estes castigos eram prescritos pelo reitor da instituição, e eram aplicados da seguinte forma: açoitamento para os menores, palmatórias para os medianos e nenhum tipo de castigo para os maiores de 16 anos (BELLO, 1978).

A profunda escassez de recursos econômicos e de materiais didáticos configurava uma outra dificuldade para a manutenção daquela escola, tampouco diferenciada das outras no resto do Brasil. Aquela escola era mantida por subsídio advindo de outra instituição religiosa com sede no estado da Bahia, Brasil, e por esmolas da comunidade.

A partir de 1572 foi cortado literalmente tal subsídio e a mando da autoridade da Bahia, determinava que continuassem a pedir esmolas em Pernambuco, pelo fato daquela província ser considerada abastada financeiramente, visto que Pernambuco, se comparado com os outros colégios jesuítas da época, detinha o título da mais rica província da região, motivo pelo qual as outras

ordens religiosas julgavam que aquele tinha a obrigação de ajudar. Em linhas gerais essa era a caracterização do primeiro modelo de escola de Pernambuco.

Nessa época a educação embora precária, era a única praticada nos Seminários religiosos, que logo se disseminou em todo o Brasil como formação única disponível para uma determinada categoria de pessoas ou de determinadas classes sociais. Sobre isso (BELLO, 1978) considera que:

Os seminários as únicas casas de ensino de nível acima do elementar existentes durante os últimos tempos da colônia, quando não mais existiam mais escolas jesuítas e franciscanas para ali afluíam muitos jovens brasileiros que não tinham outro meio de cultivar sua vocação para as ciências e as letras (p.77).

As famílias menos abastadas tinham que se contentar com aquela formação para seus filhos, que mesmo não tendo suas escolhas vocacionais respeitadas seguiam estudando, enquanto que as famílias mais abastadas enviavam seus filhos para a Universidade de Coimbra em Portugal bem como para outras universidades da Europa.

Nesse contexto, por gozar de grande prestígio social, ter um padre na família significava status social, porquanto os pais enviavam seus filhos para receber essa formação, muitas vezes sem que aqueles pudessem fazer suas próprias escolhas. Aqueles jovens noviços eram então enviados para as instituições religiosas localizadas em todos os cantos do Brasil. No entanto, ao mesmo tempo em que os vocacionados partiam, também os jovens, sem nenhuma vocação sacerdotal, visto que a estes não seria dado nenhum poder de escolha, eram obrigados a seguir as ordens de seus pais.

Nas primeiras décadas do século XIX, eclodiu um modelo educacional que, embora não fosse novidade, Pernambuco acompanhou o padrão advindo de diferentes lugares do Brasil, os quais se configuraram nas primeiras iniciativas de criação do Seminário de Olinda (1800), do Liceu Provincial (1825), e do curso Jurídico de Olinda (1827). A partir de 1827, ano da criação do Seminário de Olinda “através da Lei Imperial de 11 de agosto de 1854, que se cria a mais óbvia das áreas do ensino superior era a de Direito, responsável pela formação da intelectualidade na sociedade civil e especialmente no Estado” (CASTANHO, 2009, p.120). Essas instituições imprimiram um modelo pedagógico mínimo, além do máximo modelo religioso, ali se ensinaram outras disciplinas, como o Latim, a gramática e outras chamadas ciências úteis (BELLO, 1978).

Dessa forma, os termos determinados foram aceitos e, posteriormente iniciaram as reformas necessárias para a reabertura solene de inauguração em fevereiro de 1800. Sobre a administração do modelo educacional desta nova entidade, fora observado na pouca literatura, que algumas delas apontaram para um possível fracasso pedagógico por conta do despreparo dos seus

professores. Neste sentido, de acordo com Bello (1978, p.82), “faltam-nos, também, informações sobre a organização escolar, nos seus primeiros tempos: a duração do curso, as matérias, o processo de aferição do aproveitamento”, dentre outros.

O LICEU PROVINCIAL E POSTERIORMENTE O GINÁSIO PERNAMBUCANO

Instituído na cidade de Recife, Pernambuco, Brasil, em 1825, o Liceu foi fundado sem as devidas instalações, ficou sendo utilizado em dependências do Convento do Carmo. E começou funcionando em precárias instalações físicas. Foi considerado pelas autoridades educacionais na época, como uma instituição sem as mínimas condições de funcionamento e até mesmo como uma instituição de indigência.

Era uma instituição gratuita, embora o acesso fosse feito para os alunos mediante uma taxa de matrícula, e concedia a qualquer aluno, estudos posteriores sem nenhum preparo anterior, fato muito criticado e, ao contrário do que parecia o ensino naquele Liceu Provincial não foi, pelo menos a princípio, um ensino qualificado, fora ao contrário, guiado por sucessivos fracassos. Isto justificava-se por a mesma, não ter sido uma instituição planejada, isto é, sem uma sólida base curricular, dentre outros problemas. Mesmo assim, no primeiro ano conseguiu que a primeira turma concluísse com 23 alunos.

Os primeiros fracassos daquela instituição foram atribuídos ao Padre João Ribeiro. Sobre ele, pesava a culpa por não seguir fielmente os dogmas da igreja, ser arbitrário aos cânones estipulados pelo “Concílio de Trento” (BELLO, 1978). Aquele padre desejava fugir do modelo secular, até então vivenciado por aqui, ensaiando instituir um novo modelo pedagógico, aquele mais voltado para o ensino dos liceus franceses, cujo objetivo que deveria, além de oferecer uma formação religiosa, cuidar da formação preparatória para o ensino universitário.

Dessa forma, é compreensível porque no início aquelas instituições não deram certo, pois de um lado estavam alguns parcos idealistas em transformar aquele modelo de educação religiosa ao extremo doutrinadora, numa nova educação, menos castradora, mais libertária, e do outro lado, muitos padres presos rigorosamente aos dogmas da fé e da igreja católica. Com todos esses aparentes problemas o Liceu Provincial foi inaugurado no Recife.

No dia seguinte à inauguração, o Liceu já se apresentava como instituição de extrema pobreza, motivo pelo qual foi registrado o seguinte pedido às autoridades clericais superiores, registrado num ofício:

He de meu dever representar a V. Exma., as coisas de que muito necessita o Liceu, que são as seguintes: a cadeira para a aula de Retórica, relógio de parede para regular a hora dos estudos, tinteiro, pena e papel para o porteiro, hum preto para serviço da casa, uma jarra, copo e quartinha para a minha aula. Queira V. Exma., ordenar sobretudo ao inspetor de trem a fim de mandar arranjar uma privada, que é de absoluta necessidade (BELLO, 1978, p.87).

Mais adiante em 1839 o Liceu Provincial passaria por diversas reformas, e numa delas passa a ser denominado de Colégio Público, altera o seu regimento escolar, e se transforma em internato. Mantém quatro cursos de formação, sendo três profissionais (engenharia, arquitetura e agricultura) e um curso preparatório.

Uma outra reforma permitiu a inclusão de algumas disciplinas que até então não eram ensinadas, como o ensino da Língua Portuguesa, da Literatura Brasileira e História do Brasil. Por ser a Língua Portuguesa de caráter facultativo, posteriormente os alunos a trocariam pelo Francês e pelo Latim (BELLO, 1978).

No entanto, depois de diversas transformações e reformas educacionais em 1855, trinta anos depois, muda-se também o seu nome e o Liceu foi convertido em “Gymnásio Provincial Pernambucano” passando, então, a funcionar em regime de internato. A nova concepção conferiu a essa instituição de ensino o status de "estabelecimento de ensino modelo". A importância era tão grande que, por ocasião da construção do novo prédio (onde funciona até os dias de hoje), o Imperador Dom Pedro II veio ver de perto o andamento das obras da instituição que serviria de referência não só em Pernambuco, mas em todo o Brasil.

A ESCOLA NORMAL EM PERNAMBUCO

Com a expulsão dos Jesuítas do Brasil, o ensino que já se encontrava decadente e voltado exclusivamente para a doutrinação religiosa, passou a inexistir por um longo período que, de acordo com Bello (1978), por cerca de 49 anos, quase meio século, sem nenhuma iniciativa educativa a que se pudesse dar crédito e consequentemente as que já existiam só faziam decair em mérito e na qualidade.

As primeiras iniciativas de ensinar decorrem dos métodos de formação de professores até então ancorados nas iniciativas do Método de Ensino Mútuo ou Método Lancaster, aqui trazido pelos europeus no século XVI.

Dessa forma, somente em 1834, já durante o período regencial, volta-se a ter um novo olhar para as questões educacionais, não somente em Pernambuco mais em todo o Brasil, por força

do Ato Adicional do mesmo ano, cuja essência era pautada na descentralização do comando do ensino, “sendo transferida para as províncias a administração do ensino primário, permanecendo com o poder central o ensino médio em todo o império e o ensino superior no município da corte” (BELLO, 1978, p.105).

Dois anos mais tarde, em 1836, por decisão da Assembleia Provincial é que o governo autorizou a contratação de professores, deixando Pernambuco a ocupar o primeiro lugar nesse ranking da nova ordem como podemos ver a seguir: “A preocupação em formar o mestre-escola começou em Pernambuco na primeira metade do século passado” (VASCONCELOS, 1979, p.123). A primeira Escola Normal de Pernambuco surge a partir da Lei de N°598, em 13 de maio de 1864 (Idem, p.123).

As características gerais dessa escola de acordo com Vasconcelos (1979), o curso era feito em duas séries anuais e destinado exclusivamente ao público masculino, cujo acesso era feito somente a partir de exame de admissão com idade mínima de 18 anos, onde os alunos soubessem ler e escrever e fossem portador de boa conduta.

No currículo, as disciplinas do 1º ano eram Leitura em Prosa e Verso, Caligrafia, Noções de Gramática Nacional, Aritmética, Operações em Números Inteiros, Sistema de Pesos e Medidas.

No 2º ano as disciplinas de Desenvolvimento da Aritmética e Proporções, Leitura dos Evangelhos, Elementos de Geografia e História do Brasil, Geometria Plana, Agrimensura, Desenho Linear e Métodos de Ensino Primário, uma disciplina profissionalizante de Estudo dos Métodos Conhecidos de Ensino e várias matérias de educação.

Depois de sucessivas aberturas e fechamentos, as Escolas Normais conseguem, com grande dificuldade, sobreviver ao quadro de desinteresse por parte das autoridades locais e também pela falta de interesse dos próprios alunos. Para Bello (1978) o ensino, nessa primeira escola, nunca fora gratuito já que os alunos desembolsavam a quantia anual de 25\$000 (vinte e cinco mil reis), pagos em duas parcelas.

O primeiro estabelecimento destinado às instalações da primeira Escola Normal em Pernambuco, no ano de 1865, foi mantido de maneira precária no torreão da Alfândega, área aduaneira do Porto do Recife, bem próxima à Igreja da Madre Deus, do mesmo modo que a sua antecessora o Liceu Provincial, em 1825, ocupara o mesmo prédio.

A Escola Normal, no bairro de Santo Antônio fixou-se ali por dois anos, passando para um palacete na Rua da Praia, ali já com alguma inovação, mesmo porque já se cogitava a criação de uma escola primária anexa para realização das práticas docentes dos ainda jovens normalistas.

Ainda uma escola exclusiva de formação para homens, conseguiu modificar algumas disciplinas no currículo, determinar o curso para ser feito em dois anos, com o ensino de diversas matérias que anteriormente não eram mencionadas começaram a ser ministradas; debalde essas modificações ela sofreu outras reformas na ânsia de modernizá-la e trazê-la para atualidade, como bem define Bello (1978). “Apenas criada a Escola Normal, antes mesmo que a experiência dessa instituição, inteiramente nova no sistema escolar da Província, pudesse ser devidamente aquilatada, veio ela a sofrer sucessivas reformas: a primeira em 1869, outra em 1873, outra em 1875, outra em 1879” (Idem.p.122).

Mesmo de cara nova e ainda resistindo a tantas reformas, a Escola Normal desta feita já modificada para um curso de três anos, teve o seu currículo totalmente remodelado incluindo disciplinas que priorizavam as Ciências Humanas, inserindo aquelas de ordem filosófica, História de Pernambuco, bem como o ensino da Química e da Física, primeiros socorros, dentre outras. Todavia, a grande inovação foi a disciplina de práticas do lar justificada pela abertura de espaço dada para o público feminino.

Ali estava registrado o grande diferencial desta reforma, a iniciativa da participação feminina na Escola Normal e com ela a quebra de muitos tabus, o que não deixou de ser um escândalo na época e na gestão do então governador de Pernambuco, o Barão de Lucena, enaltecido por muitos, como audaciosa atitude.

METODOLOGIA

A realização deste estudo implica numa busca de referenciais e procedimentos metodológicos para execução de sua ação, dessa forma, vemos em Minayo (2001), que o processo social tem que ser entendido nas suas determinações e transformações dadas pelos sujeitos. Este estudo configura-se por ser de natureza bibliográfica e por proporcionar a compreensão de um momento histórico.

Para Lima e Miotto (2007), uma pesquisa bibliográfica, destaca-se pela forma como esta se fundamenta em relação ao seu objeto de estudo. Dessa forma, compreende-se que para a realização de um estudo dessa natureza é necessária uma definição dos procedimentos metodológicos na orientação e por sua vez o processo da pesquisa deve então fazer jus aos procedimentos que a orientam metodologicamente.

Ainda em consonância com Lima e Mioto (2007) “Ao tratar da pesquisa bibliográfica, é importante destacar que ela é sempre realizada para fundamentar teoricamente o objeto de estudo, contribuindo com elementos que subsidiam a análise futura dos dados obtidos” (p.8) Essa visão é importante porque também pode proporcionar o reconhecimento de um processo crítico de uma determinada realidade histórica.

Para Minayo (2001), a pesquisa como atividade básica da ciência, nasce da sua indagação, ou seja, “nada pode ser intelectualmente um problema, se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema da vida prática.” (p. 17). Para ela a investigação está, portanto, relacionada a interesses e circunstâncias socialmente construídas. No caso desse artigo, a pesquisa se dá a partir das indagações e do desejo de se conhecer mais sobre a origem dos cursos de formação docente no estado de Pernambuco.

CONCLUSÃO

Após este estudo, se observou que a falta de qualificação dos professores e a extinção dos primeiros cursos de formação docente foram uma constante, bem como a forte ligação entre o clero e as primeiras iniciativas educacionais que eram desenvolvidas na época, além da precariedade dos recursos econômicos e de materiais didáticos, que depois dos primeiros cortes de recursos, passaram a ser subsidiados por esmolas da comunidade e haviam outros entraves no processo de formação. Portanto, espera-se que o escrito possa proporcionar reflexões acerca da temática formação de professores.

No início só havia formação de homens pois não era permitido o ingresso de mulheres ao ensino. Assim os padres eram os responsáveis pela formação dos alunos, que posteriormente também seriam os doutrinadores. Neste sentido, ressalta-se o ensino no Ginásio Pernambucano e no Liceu como elementos de suma importância na história da educação em Pernambuco, que surgiram muito tempo depois das primeiras iniciativas, mas ainda assim, abarcaram os mesmos problemas não só em relação às suas instalações físicas e estruturais, mas principalmente em relação à própria formação de professores.

Dessa forma, em sua curta sobrevivência os Liceus foram se tornando instituições de grande prestígio social, somente a partir do final do século XIX, passando a ser de caráter público, embora o aluno já começasse a desembolsar algum tipo de pagamento por essa formação. Mais adiante com o advento dos Liceus Provinciais, e suas extensões, isto é com a criação das escolas anexas para as

práticas de estágios, começam a se fortalecer as primeiras escolas normais, por volta de 1836. A Escola Normal em Pernambuco, surge ainda dando sequência ao ensino dos liceus, e ainda voltada para um público masculino, com dois anos de curso e um currículo já melhorado voltado para uma formação propedêutica e a mudança no currículo em relação ao ensino mais voltado para a área das Ciências Humanas, onde a grande novidade foi sem dúvida a introdução da disciplina Práticas do Lar, para futuramente vislumbrar um outro tipo de público, o feminino.

REFERÊNCIAS

BELLO, Ruy. **Subsídios para a História da Educação de Pernambuco**. Recife: Secretaria da Educação e Cultura, 1978.

CASTANHO, Sérgio. O império e as correntes do mar histórico. In: LOMBARDI José C: SAVIANI, Dermeval (Orgs). **Navegando pela História da Educação Brasileira**-Campinas, SP; Col. Memórias da educação, p.113-142, 2009.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamasso. **Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica**. Rev. katálysis vol.10 no.spe Florianópolis . 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rk/v10nspe/a0410spe.pdf>. Acesso em 02/10/2017

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

VASCONCELOS, Itamar de Abreu. **O ensino normal em Pernambuco-esboço histórico, problemática atual**. Tópicos educacionais. Centro de Educação -UFPE, Recife, 1979.